ANCEP NOTÍCIAS

O jornal diário dos ancepianos.
24 de maio- 8h30

ANCEP E ABRAPP: 8º ENCONT MOSTRA PARCERIA

A organização do **8º Encontro Nacional de Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar** (**Encont**), programado para 1 e 2 de agosto, em Porto Alegre, é mais uma das realizações da duradoura parceria entre Ancep e Abrapp. Com o mote principal " Contabilidade na Era Digital", o evento promoverá o debate de temas atuais como a Reforma da Previdência e os Reflexos e Oportunidades para a Previdência Complementar, a Lei Geral de Proteção de Dados, a Resolução CMN 4.661, o CNPJ por Plano, entre outros.

"Vamos discutir a atividade dos contabilistas e a necessidade de acompanhar as transformações da era digital. Além disso, faremos o debate em torno da Reforma da Previdência, que é o tema central que atinge nosso setor", explica Roque Muniz Andrade, Diretor Presidente da Ancep. O representante revela que estão sendo convidados representantes do Governo Federal para aprofundar o debate sobre a Reforma e os impactos na Previdência Complementar.

Outros temas importantes do evento serão a governança corporativa, a atualização dos normativos contábeis e o fomento com os novos planos família. Além disso, serão debatidos ainda os procedimentos de auditoria e aspectos relacionados à gestão de planos de benefícios. "Procuramos abranger todos os temas atuais que afetam nosso setor, em linha com os recentes eventos realizados nas regiões Sul e Nordeste do país", comenta Roque Muniz.

O Diretor Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins, reforça a importância do 8º Encont e a parceria com a Ancep. "O encontro toca temas atuais e importantes, com um programa robusto, bem alinhado com a modernização e a reinvenção do sistema que temos defendido", diz. Ele comenta que a Abrapp está dando apoio total à organização do evento, como parte da longa parceria mantido com os contabilistas das EFPCs nos últimos anos.

Manual de Contabilidade - Luís Ricardo ressalta a positiva cooperação alcançada com a constante presença de profissionais contabilistas da Ancep nas comissões técnicas da Abrapp nos últimos anos. Além disso, lembra da realização de convênios que resultarão, por exemplo, na elaboração do primeiro Manual de Contabilidade para EFPCs, em mais uma parceria da Abrapp, Ancep e da Fucape (leia mais). "O Manual de Contabilidade será mais uma produção com elevado nível técnico e acadêmico em parceria com a Ancep", recorda o Diretor Presidente da Abrapp.

Roque Muniz reforça a importância do convênio para a produção da nova publicação, com a participação de pesquisadores da

Fucape - Fundação Capixaba de Pesquisas de Contabilidade. Com previsão de entrega para o final de 2019 e publicação no próximo ano, o projeto será divulgado para conhecimento dos contabilistas durante o 8º Encont. O Diretor Presidente da Ancep lembra ainda que o Encont é um momento de prestação de contas dos trabalhos realizados pelas associações e de valorização do profissional contador que atua nas entidades fechadas. (Reprodução Acontece/Abrapp)

Capitalização: Equipe econômica examina adesão automática proposta pela Abrapp

Técnicos do Ministério da Economia e a equipe do relator da PEC na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), estudam proposta da Abrapp no sentido da adoção da inscrição automática de novos trabalhadores em planos complementares, informa a FOLHA DE S. PAULO.

O jornal começa a notícia dizendo que integrantes da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro (PSL) defendem que a proposta da reforma da Previdência seja alterada para que o jovem, ao ingressar no mercado de trabalho, já faça parte do regime de capitalização. Moreira já avisou que irá estudar o assunto. “Ainda preciso analisar a sugestão”, afirma.

Ao dar a notícia, o jornal explica que a "sugestão da Abrapp, em discussão pelos técnicos do Ministério da Economia e pela equipe de Moreira criaria a chamada adesão automática". Como o jovem, inscrito automaticamente, contaria com um prazo dentro do qual poderia solicitar a sua exclusão do plano, ficaria caracterizado que se ele permanece é porque esse é o seu desejo, deixando claro tratar-se e um ato voluntário.

Além disso, prossegue o jornal, a equipe econômica avalia apresentar, na próxima semana, simulações de como poderia ser o novo sistema. Um dos exemplos deve prever que o empregado contribua com 11% e o patrão também deposite o mesmo percentual. Mas técnicos, no entanto, trabalham com outras hipóteses, como uma contribuição de 7,5% do salário. Moreira quer que a contribuição patronal seja obrigatória,caso o Congresso venha a aprovar a criação do novo sistema previdenciário. De toda forma, o percentual a ser cobrado só deve ser previsto no projeto de lei que será enviado pelo governo futuramente, algo que ainda não tem data para acontecer.

Chile - Mais tarde, lá pelo meio da manhã, a reportagem da AGÊNCIA ESTADO, ao acompanhar o "Encontro Regional Sudoeste" da Abrapp destacou em seu noticiário a defesa que o Superintendente-geral, Devanir Silva, fez do sistema de contas individuais, marca do regime de capitalização, na condição de um dos expositores no evento. Reconheceu que a experiência chilena trouxe aspectos negativos como as altas taxas de administração e retornos que as justificassem, ao lado da concentração em um número reduzido de AFPs. Devanir exemplificou explicando que a previdência privada representa atualmente cerca de 80% do PIB do Chile e, apesar desse percentual tão alto, possui apenas seis instituições participantes, de maneira que o mercado foi dominado "por algumas grandes instituições".

Ele apontou ainda uma outra distorção no sistema chileno: pouco depois de ter sido criado “surgiu uma indústria de portabilidade”. Com incentivos ao participante, a migração entre as poucas AFPs ganhou força. Além disso, o sistema foi criado sem um benefício mínimo, problema que foi corrigido em governo posterior.

Outros problemas do sistema chileno, que devem ser evitados pelo Brasil, segundo observou Devanir, são a imposição de uma alta taxa de administração e o curto prazo de capitalização até o pagamento do benefício (18 anos) num período de baixa taxa de juros no país vizinho.

Mas Devanir em seguida assegurou que "a capitalização tem vários exemplos positivos no mundo”.

"Estamos saindo do estágio de estagnação para voltar a crescer. Voltamos a ser prioridade para o governo e estamos sendo ouvidos novamente”, disse Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor Presidente da Abrapp. O dirigente fez referência às notícias que indicam que a equipe econômica pretende incluir a proposta de inscrição automática para os novos trabalhadores que aderirem à Nova Previdência que, se aprovada, propõe a adoção do modelo de capitalização. A inscrição automática é uma das principais bandeiras da Abrapp defendida nos últimos dois anos.

Uso do FGTS - Defensor da capitalização para as aposentadorias no Brasil, o economista Hélio Zylberstajn, da FIPE/USP, afirmou no evento da Abrapp, ainda segundo a AGÊNCIA ESTADO, que está sendo construído junto a lideranças políticas a proposta de usar o FGTS no sistema individual. "Estamos conseguindo colocar uma emenda na PEC que permitirá que a capitalização seja construída com o uso do FGTS. Percebo que as centrais sindicais estão interessadas nesse sistema", afirmou o coordenador do Fórum Nacional da Poupança de Longo Prazo, patrocinado por organizações do setor de previdência privada.

Em sua palestra, Zylberstajn criticou a forma como o sistema de capitalização é apresentado na PEC da Previdência do governo federal. "Como está na PEC, está muito ruim", disse. O coordenador do fórum patrocinado por entidades de previdência privada afirmou que, da forma como a capitalização está apresentada na PEC de Guedes, não há clareza como a transição será financiada. "Aparentemente, o trabalhador que optar pela capitalização vai deixar de contribuir para o INSS. Se for isso, o estoque de beneficiários e o novo fluxo ficarão sem ser custeados. É um grande problema de transição", afirmou o coordenador do Fórum Nacional da Poupança de Longo Prazo.

Caso o FGTS seja usado na formação das contas individuais para a aposentadoria, Zylberstajn argumentou que deixará de ser necessária a economia de R$ 1,3 trilhão defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro tem afirmado que esse montante é o que permitirá a transição do sistema de repartição para o de capitalização individual.

Zylberstajn lembrou que uma solução do governo que está sendo apontada é a capitalização nocional, o que chamou de "uma capitalização estatal, um disfarce do sistema de repartição", disse.

Ministro diz que a reforma da Previdência estará aprovada dentro de 60 a 90 dias

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira (23) que a reforma da Previdência deve ser aprovada num período de 60 a 90 dias. “Em 60, 90 dias, (a reforma) estará no passado”, afirmou Guedes durante a participação em evento em São Paulo. “Vamos ter uma surpresa favorável e aprovação deve ser relativamente rápida. Ao contrário do pessimismo geral, vamos ter uma reforma interessante", relatava ontem no início da noite os portais G1 e UOL. Um jornal hoje diz que o tom confiante do ministro agradou.

Mas, um outro jornal, a FOLHA DE S. PAULO, registra em sua coluna política que talvez não seja bem assim: Os constantes embates entre o Governo e o Congresso tornaram-se a principal preocupação da equipe econômica. A guerra retórica que encerrou a primeira etapa da votação da medida provisória que reorganizou a Esplanada, na quarta (22), fez aliados de Paulo Guedes (Economia) classificarem a atuação do PSL como “corrosiva”, e a debilidade da articulação como obstáculo à agenda do Planalto. O tom é de chamado à realidade: “O governo precisa querer governar”, disse um membro do time.

O desalento tomou conta da equipe econômica, continua o jornal. O clima em Brasília foi agravado nos últimos dias pela avaliação de que a equipe de Paulo Guedes também está perdida, sem conseguir implementar a retomada da economia, que não será conseguida apenas com a reforma da Previdência. Em encontro na quarta (22), na residência de Davi Alcolumbre (DEM-AP), 15 senadores de diversos partidos, da direita à esquerda, debateram as opções à mesa. A reunião, revelada pelo Estado de S. Paulo, partiu da premissa de que o País ruma ao impasse.

E, ontem também, parece ter sido revelado o "segredo" que surgiu quando dias atrás Bolsonaro disse que havia de onde tiram mais recursos do que da reforma da Previdência: segundo os jornais O ESTADO DE S. PAULO e VALOR ECONÔMICO, o projeto que, segundo o presidente pode gerar mais caixa do que a reforma da Previdência, prevê a taxação da reavaliação dos imóveis declarados no Imposto de Renda das pessoas físicas. Explicou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que essa taxação poderia ser de 3% a 4%.

Mas, voltando à reforma em si, vale citar o principal resultado de um estudo que agora vira noticia nos jornais O ESTADO DE MINAS, O GLOBO e VALOR ECONÔMICO: levantamento da Secretaria Especial de Previdência Social mostra que 56% das aposentadorias concedidas pelos Estados seguem critérios diferenciados para militares (19%), professores de educação básica (32%), policiais (4%) e agentes penitenciários (1%). No Rio Grande do Sul, por exemplo, 70% das aposentadorias são concedidas por regra diferenciada, sendo que 45% para professores da educação básica.

Os dados foram apresentados durante a audiência pública da comissão especial que debate a reforma da Previdência na Câmara pelo secretário especial adjunto de Previdência, Narlon Gutierre Nogueira. O objetivo era reforçar o discurso da necessidade de mudança imediata nas regras de concessão de aposentadoria especiais que consomem uma parcela cada vez maior do orçamento público.